

## CONVIVER NA VELHICE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM CONDOMÍNIO PARA PESSOAS IDOSAS

Everly Maltaca Pypcak<sup>1</sup>  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário*  
everly.maltaca@gmail.com

Célia Kozak<sup>2</sup>  
*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário*  
celiakozak05@gmail.com

Nájila Cristina Camargo<sup>3</sup>  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário*  
naji.camargo@gmail.com

Paola Damo Comel<sup>4</sup>  
*Estudante de doutorado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Comunitário*  
pcomel@uepg.br

### Resumo

O aumento da população idosa evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à garantia de moradia digna, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa. Nesse contexto, percebe-se a possibilidade de criação de condomínios destinados a esse público, com foco na acessibilidade e convivência. Esse trabalho relata a experiência de uma visita de campo que ocorreu entre maio e junho de 2024 em um condomínio para pessoas idosas. A atividade esteve vinculada à disciplina de Projeto de Investigação Exploratória da Comunidade (PIEC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Utilizou-se como metodologia a observação-participante e o registro em diário de campo para compreender melhor sobre o espaço físico e as relações interpessoais entre os residentes. O condomínio visitado possui 40 casas adaptadas e infraestrutura acessível, incluindo áreas de lazer e convivência. Observou-se a valorização da individualidade, liberdade e autonomia dos residentes, além de desafios próprios da convivência coletiva. O modelo difere das instituições de longa permanência tradicionais, configurando-se como proposta inovadora de moradia.

**Palavras-chave:** Pessoa Idosa, Programa Habitacional, Qualidade de vida.

### Abstract

The increase in the elderly population highlights the need for public policies aimed at ensuring decent housing, in accordance with the Statute of the Elderly Person. In this context, there has been a growth in the development of residential complexes designed for this group, focusing on accessibility and social interaction. This paper reports on the

experience of a field visit conducted between May and June 2024 in a housing complex for older adults. The activity was linked to the course Exploratory Community Research Project (PIEC) of the Graduate Program in Community Development at the State University of the Midwest (UNICENTRO). The methodology used was participant observation and field diary recording to understand the physical space and interpersonal relationships among residents. The visited condominium has 40 adapted houses and accessible infrastructure, including leisure and social areas. It was observed that individuality, freedom, and autonomy of residents are highly valued, in addition to challenges inherent to collective living. The model differs from traditional long-term care institutions, constituting an innovative housing proposal.

**Keywords:** Elderly, Housing Program, Quality of Life.

## Introdução

O crescimento significativo no número de pessoas idosas no Brasil e no mundo tem evidenciado a necessidade de implantação e ampliação de políticas públicas com potencial de transformação social destinadas a esta população, especialmente no que diz respeito à habitação, à saúde e à promoção do envelhecimento ativo e saudável (IBGE, 2022; OMS, 2020). Com base na Constituição Federal e Estatuto da Pessoa Idosa, acredita-se que ter um local digno para morar atende a uma das vertentes da garantia de direitos da pessoa humana, que se expressa na dignidade, um fundamento basilar da democracia (BRASIL, 2022; 1988).

Diante de tal panorama, uma possibilidade de resposta ao aumento da expectativa de vida é a criação de programas habitacionais específicos para a população idosa, de modo que se garanta uma moradia que possibilite os cuidados que a condição da pessoa idosa exige.

Nesta linha, o atual trabalho concentra-se em uma problemática social de crescente relevância: o envelhecimento populacional e a garantia de moradia digna para pessoas idosas. Para tanto, em formato de relato de experiência, o estudo sintetiza alguns resultados e considerações de uma imersão em um condomínio para pessoas idosas.

Essa vivência está vinculada à disciplina de Projeto de Investigação Exploratória da Comunidade (PIEC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), que visa a inserção de estudantes no contexto comunitário regional, com o intuito de levantar demandas para projetos de pesquisa, realizar uma aproximação inicial com alguma comunidade e campo de pesquisa, e realizar os procedimentos iniciais da dissertação e/ou tese, buscando, com seus resultados, o desenvolvimento da comunidade da região.

A proposta da disciplina PIEC é refletir e discutir sobre as potencialidades de ações extensionistas na comunidade em três perspectivas diretamente relacionadas aos eixos temáticos organizados em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS): educação, saúde e desenvolvimento sustentável, através da aproximação de campos comunitários de pesquisa, com uma perspectiva interdisciplinar que promove a escuta das vivências de diferentes pesquisadores no âmbito das comunidades (ONU, 2015).

Assim, a disciplina acontece com o aprofundamento da discussão do conceito de comunidade e suas possibilidades reais, seguida da formação de grupos de estudantes e aproximação de cada grupo a algum campo para conhecer, observar e intervir em sua dinâmica comunitária.

O relato de experiência deste trabalho, situa-se no período de maio a junho de 2024 e foi composto por três etapas principais, a citar: participação em reunião, visita a campo com observação participante e organização de um evento de extensão universitária. O grupo discente que compôs essa prática é formado por diferentes áreas

de saber, a citar: Direito, Enfermagem e Psicologia, o que contribuiu para ampliar o olhar diante da vivência.

O recorte comunitário focaliza, como citado anteriormente, um condomínio residencial destinado exclusivamente a pessoas idosas que está localizado em um município de pequeno porte do interior do Estado do Paraná.

Utilizou-se como estratégia metodológica a observação participante, pois como expressam Ezpeleta e Rockwell (1986), citados por Martins (1996, p.271): "Na observação participante, as relações interpessoais entre pesquisador e sujeito, ali chamadas 'relações sociais', constituem as teorias; é a relação que determina o pensamento e não o contrário". Assim, foi possível perceber alguns detalhes que atravessam o cotidiano das pessoas idosas na comunidade da qual fazem parte e estabelecer uma aproximação entre "sujeito e objeto",

Outra ferramenta metodológica utilizada foi o diário de campo, no qual as percepções das estudantes, os discursos e as expressões da equipe gestora e das pessoas idosas e informações presentes no ambiente foram anotados para posterior análise e discussão. Entende-se que o diário de campo é uma ferramenta eficaz para promover a reflexão e a construção do conhecimento. Nele são registradas observações que abrangem o ambiente, a sequência dos acontecimentos, aspectos gerais dos participantes, bem como as impressões, as emoções expressas e a descrição dos comportamentos observados. Ademais, o diário de campo também se constitui como ferramenta de intervenção ao provocar reflexões acerca do planejamento, desenvolvimento e trajetória do objeto de estudo (Kroeff, et al., 2020; Oliveira, 2014).

Desse modo, a escolha da observação participante privilegiou a escuta ativa e o contato direto com o campo, permitindo captar nuances do cotidiano que instrumentos mais estruturados poderiam não revelar e o uso do diário de campo como instrumento de análise demonstrou-se pertinente por seu caráter reflexivo e interventivo, favorecendo a construção de conhecimento a partir da experiência prática, em um processo de desenvolvimento da práxis (Angrosino, 2009).

Assim, este estudo contribui para o debate sobre envelhecimento, políticas habitacionais e pertencimento comunitário, articulando teoria, prática e extensão universitária, bem como as potencialidades da experiência proporcionada pela disciplina enquanto ação extensionista com perspectiva interdisciplinar voltada ao desenvolvimento comunitário.

Diante disso, este trabalho está estruturado para discutir de maneira aprofundada acerca do aumento da população idosa e uma nova alternativa de moradia para manejar os casos de pessoas idosas que precisam. Em sequência, relata-se a experiência da imersão a um condomínio para pessoas idosas, e por fim são realizadas algumas considerações e reflexões concernentes ao que foi vivenciado.

Salienta-se que este relato teve como objetivo conhecer a realidade da comunidade de pessoas idosas do Condomínio de Idosos de um município de pequeno porte paranaense, além de observar o espaço físico e a dinâmica organizacional e compreender a concepção de comunidade desse público-alvo e seu senso de pertença.

## **Fundamentação teórica**

O aumento da população com mais de 60 (sessenta) anos tem sido verificado em todo o mundo, havendo projeção de que esta tendência continue nos próximos anos. Segundo a Década do Envelhecimento Saudável: Plano de Ação 2021-2030, documento coordenado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2030 o número de pessoas no mundo com 60 anos ou mais será 34% maior, aumentando de 1 bilhão de pessoas em 2019 para 1,4 bilhão. Para 2050, a previsão é que se chegue a 2,1 bilhões de pessoas idosas (OMS, 2020).

Este crescimento também se verifica de forma significativa no Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil existem aproximadamente 28 milhões de pessoas idosas, o que corresponde a cerca de 15% da população

brasileira. Em 2050, projeta-se que haverá um contingente de 66,5 milhões de pessoas idosas, correspondendo a 29,3% (IBGE, 2022).

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), em seu artigo 1º, coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado Democrático. Já o artigo 228, estabelece que a “família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantido-lhes o direito à vida”. Ainda, no § 1º, que “os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares” (BRASIL, 1988).

Regulamentando o direito constitucional das pessoas idosas, a Lei 14.423/2022, que alterou a Lei de 11.741/2003, dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, considerada quem tem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, incluindo, no seu artigo 3º, que além da família, sociedade e poder público, a comunidade também tem a obrigação de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da pessoa idosa (BRASIL, 2022).

Dentre os direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, está o de habitação, com a determinação de que:

Art. 37: A pessoa idosa tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem pessoas idosas são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades delas, bem como provê-las com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei (BRASIL, 2022, p. 1).

Diante do cenário atual e da perspectiva que o crescimento se acentue, as políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, incluindo as que se referem sobre moradia, deverão ser aprimoradas e ampliadas, adequando-se às necessidades e garantindo dignidade a esta parte da população que possui fragilidades e deve receber especial proteção.

Conforme comentam Chiarelli e Bastitoni (2022) as realidades variadas já vividas e projetadas para a população brasileira que envelhece, precisam ser traduzidas em diferentes políticas públicas que respeitem a heterogeneidade do envelhecimento. Sendo assim, a questão relativa ao direito de habitação da pessoa idosa se demonstra cada vez mais relevante e deve considerar a complexidade do processo do envelhecer saudável, que corresponde ao reconhecimento da pessoa idosa como sujeito de direitos e a mobilização para a garantia de sua qualidade de vida. Considera-se também que ter um local digno para morar, atende a uma das vertentes da dignidade da pessoa humana, sendo um requisito fundamental para o desenvolvimento saudável e participação social.

Ressalta-se que a família possui o dever constitucional de amparar as pessoas idosas que dela fazem parte, assim como o Estado e a sociedade como um todo. Todavia, nem sempre é possível que a pessoa idosa permaneça em sua residência, seja por fatores econômicos, sociais, familiares ou até mesmo de saúde. Segundo Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019), frente a uma sociedade em processo de envelhecimento e consequente aumento dos casos de doenças crônicas e de comorbidades que requerem cuidados de saúde mais complexos; e mudanças na composição familiar, que passou a

ter número reduzido de filhos e maior vulnerabilidade de grande parcela da população em geral devido ao desemprego e à sua precarização, muitos idosos acabam com os laços familiares rompidos/fragilizados, sendo este um dos motivos da institucionalização.

Nesse aspecto, Freire e Carneiro (2017) ao fazerem uma revisão sobre as produções científicas relacionadas a habitação para a pessoa idosa, concluem que as políticas públicas na área do envelhecimento dão destaque para família como fonte de suporte principal em relação à moradia, seguida das Instituições de Longa Permanência (ILPI). Schussel (2013) também afirma que os programas habitacionais voltados à população idosa são bastante escassos, sendo que as políticas habitacionais para esse grupo etário precisam de programas flexíveis que se adaptem às diferentes situações.

Diante de tal panorama, acredita-se que uma possibilidade para a garantia de moradia considerando as diferentes facetas das necessidades da pessoa idosa seja a construção de condomínios residenciais que atendam esse grupo populacional, de modo que se garanta uma habitação digna e adequada considerando as especificidades de sua condição física, autonomia e segurança.

Nesta linha, em 2021 foi entregue um condomínio residencial vinculado a um programa habitacional destinado à população idosa, em uma cidade interiorana paranaense através do programa estadual de habitação Casa Fácil Paraná, na modalidade Viver Mais Paraná. O programa fornecido pelo Estado do Paraná ao qual o município aderiu e que é objeto desse trabalho visa garantir o acesso à habitação e garantir os direitos das pessoas idosas (COHAPAR, 2021).

## **Desenvolvimento do tema**

Conforme descrito anteriormente, a experiência dividiu-se em três momentos: reunião, visita em campo e evento de extensão universitária, a serem explorados individualmente a seguir.

Antes de realizar a ida a campo, realizou-se uma conversa com a representante da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a responsável municipal pelo condomínio, o qual é denominado afetivamente como “Condomínio dos Idosos” pelos próprios condôminos e pela equipe gestora. Esse diálogo tinha o objetivo de esclarecer o propósito da visita à comunidade, esclarecer dúvidas e compreender o funcionamento e os critérios de seleção dos moradores, além de refletir sobre as potencialidades e fragilidades do programa. Foram elaboradas perguntas disparadoras para o conhecimento da realidade, como por exemplo: quantos moradores o condomínio possuía, quando o mesmo foi criado, como se desenvolve o processo de seleção para inserção no serviço, quais as dificuldades e desafios para a equipe gestora, quais profissionais compõem a equipe técnica, entre outras questões pré-estabelecidas e dúvidas que apareceram no momento da conversa.

A partir do diálogo, algumas informações foram repassadas sobre o Condomínio, como o fato do mesmo fazer parte do programa estadual de habitação Casa Fácil Paraná, no qual a COHAPAR financia diretamente com condições de pagamento facilitadas a construção de casas em áreas doadas pelos municípios ou de propriedade da companhia para famílias com renda de um a seis salários mínimos e, mais especificamente sobre o Condomínio, este está inserido na modalidade Viver Mais Paraná voltada ao atendimento da pessoa idosa com a construção de condomínios residenciais fechados, onde os beneficiários podem desfrutar de um local adequado às suas necessidades e anseios, buscando proporcionar moradia acessível, segura e adaptada, aliada ao estímulo à convivência comunitária e à autonomia dos moradores.

No condomínio do atual relato de experiência, existem 40 casas destinadas para pessoas com mais de 60 anos, que pagam um aluguel social de 15% de salário mínimo para integrá-lo. Além disso, há uma equipe gestora composta por representantes do município e do Estado, responsáveis pelo processo de ingresso de novos moradores e acompanhamento do cotidiano e das demandas do condomínio. Ainda sobre o processo

seletivo, os interessados precisam, além de ter mais de sessenta anos, se enquadrar em alguns critérios, como renda mensal de um a seis salários mínimos, não ser proprietário de bem imóvel, viver sem dependentes, preceder a consulta de cadastros negativos e manter autossuficiência nas atividades de vida diária. A seleção é feita por meio de uma ficha avaliativa reaplicada semestralmente e os casos de perda de autonomia implicam realocação ou retorno à família (COHAPAR, 2021).

Esclareceu-se durante a reunião o caráter inovador do condomínio que difere das ILPIs no que diz respeito à autonomia, convivência e singularidade dos idosos, buscando não tutelar o sujeito. Apesar disso, alguns enfrentam dificuldades de adaptação ao modelo coletivo, embora também ocorram gestos de solidariedade.

Ademais, os moradores têm acesso à Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência, mantendo vínculo com a agente comunitária de saúde (ACS), o que reflete a intersetorialidade preconizada no cuidado à pessoa idosa. Também participam de um projeto de extensão universitária desenvolvido pelas disciplinas de Educação Física e Pedagogia com atividades direcionadas aos condôminos, além de práticas físicas com um educador físico municipal, apesar dessas ações pontuais, as gestoras relataram dificuldades para ampliar parcerias.

No momento da reunião também foi comentada sobre a associação de moradores formada e formalizada pelos residentes, responsável por demandas internas e arrecadação de fundos, porém também relatou-se a existência de conflitos relacionados à convivência, ego e poder entre seus membros. Por conseguinte, mesmo que não tenha como função principal a mediação de conflitos, a equipe gestora afirmou que atua por meio da escuta e orientação e relatou alguns embates que já aconteceram entre os moradores e que precisaram intervir.

A reunião permitiu compreender a estrutura, os desafios e a relevância do programa, destacando o esforço das gestoras em garantir o funcionamento e o bem-estar dos moradores.

Já a visita à comunidade aconteceu no período matutino e teve duração de aproximadamente 3 horas. O condomínio possui casas adaptadas para pessoas com mais de 60 anos, as quais podem residir sozinhas ou em casal. Cada unidade habitacional é composta por um quarto, um banheiro equipado com barras de apoio, uma sala e uma cozinha integradas, sendo que cada morador é responsável pela manutenção do imóvel. As casas não possuem objetos ou móveis, sendo assim, cada pessoa pode habitar o espaço conforme suas necessidades, interesses e vontades, contanto que não altere a estrutura física.

Na época em que a visita foi realizada, das 40 casas disponíveis apenas 8 estavam desabitadas e havia uma lista de espera com aproximadamente 200 pessoas. Das casas habitadas, 4 eram ocupadas por casais, 15 casas eram ocupadas por mulheres e 13 casas estavam ocupadas por homens.

O condomínio possui sistema de segurança, academia ao ar livre, horta comunitária, salão de festas, quiosques de jogos e amplos espaços de uso comum que estimulam atividades de lazer e convivência entre os moradores. Ainda, apresenta topografia predominantemente plana favorecendo a mobilidade e dimensões estruturais adequadas, atendendo aos critérios de acessibilidade, como por exemplo: portas largas, barra de apoio, entre outras.

Durante a visita ao campo, o grupo de estudantes dirigiu-se até o salão e sentou-se ao redor da mesa junto com a equipe responsável pelo programa habitacional, uma representante de um projeto de extensão que realiza atividade com as pessoas idosas e dois moradores do condomínio que eram representantes da associação dos moradores e ocupavam os cargos de presidente e tesoureiro. Nesse momento, a conversa transitou sobre assuntos como a organização, funcionamento, dinâmica e o cotidiano do condomínio. Salienta-se que esse diálogo ocorreu de maneira acolhedora e orgânica, de modo que todas as pessoas se sentiram à vontade para expressar suas concepções e vivências e o grupo discente apresentou algumas dúvidas que foram sanadas pelos moradores e equipe.

Esse momento de trocas colocou em evidência a produção de um conhecimento conjunto sobre o condomínio, valorizando os saberes de todas as pessoas envolvidas. Considera-se, portanto, que foi possível propiciar com a visita um espaço interdisciplinar, visto a interação, diálogo e cooperação entre diferentes áreas de conhecimento e o reconhecimento de posições distintas em relação a um mesmo objeto complexo (Peduzzi; et al., 2016).

Notou-se que as pessoas idosas exercem funções gerenciais na associação de moradores, reunindo-se periodicamente para discutir e decidir algumas pautas, como exemplo: a arrecadação de fundos para custear operacionalizações concernentes ao local de moradia, a fiscalização diante dos acordos estabelecidos e outras situações cotidianas que precisam ser solucionadas. Ou seja, existe uma participação comunitária, já que há um esforço dos membros do território que compartilham determinadas características ou afinidades para enfrentar seus próprios problemas como um coletivo organizado (Almeida; Santos; Paiva, 2012).

O condomínio possui regras para a convivência saudável e que prezam pelo cuidado do espaço e atitudes respeitadas entre os moradores. Algumas delas dizem respeito à: quantidade máxima de dois moradores por casa, proibição de perturbação do sossego, proibição de ingestão de bebidas alcoólicas em áreas comuns e proibição de animais domésticos. Isso demonstra a intencionalidade de que o local evite danos ou prejuízos aos moradores e estabeleça uma convivência que preza pelo cuidado com o coletivo.

Mesmo assim, percebeu-se ao longo da visita que, se por um lado há regras de convivência mais rígidas, por outro há uma grande liberdade e autonomia para os moradores, já que podem sair e receber visitas quando e na hora que quiserem, há um respeito às vontades e interesses particulares, incentivo para a realização de atividades diárias e até respeito ao exercício da afetividade e sexualidade.

Embora algumas atividades ocorram dentro do condomínio, como: um projeto de extensão vinculado a universidade, cerimônias religiosas e sessão de cinema, há uma proposta de que os moradores estejam inseridos na sociedade. Assim sendo, o condomínio não possui equipe especializada de saúde ou profissionais que prestem atendimento individualizado, e as pessoas idosas frequentam os serviços de saúde e de convivência e fortalecimento de vínculos que estão disponíveis no território.

Enquanto desafios, ao longo da visita, reafirmou-se que ocorrem algumas situações de conflito entre os moradores, mas ficou evidente que essas situações não são exclusivas da idade, e sim do fato de viver em coletivo, como por exemplo o respeito às regras e ao espaço comum, e os limites entre as vontades singulares e as conjuntas.

Segundo Muskat (2007) o conflito geralmente é iniciado por um pequeno desentendimento que a depender da habilidade e flexibilidade na comunicação entre as partes, pode vir a ser uma controvérsia, um conflito ou uma disputa. Nesse sentido, no condomínio dos idosos visitado a equipe gestora parece ter um papel fundamental para a mediação dessas situações para resolver de maneira que preserve a integridade dos moradores e facilite a superação das tensões. Os representantes da associação também têm um papel ativo nesse processo.

Quando os representantes da associação de moradores foram questionados se o Condomínio do Idoso pode ser considerado como uma comunidade, responderam com outra pergunta: “qual é a definição de comunidade para vocês?”. Essa indagação mobilizou uma conversa sobre a interação entre pessoas, o sentimento de pertença, objetivos ou valores, e o estar em um espaço comum. Dessa maneira, a presidente e o tesoureiro afirmaram que sim, o condomínio pode ser considerado uma comunidade, mas precisa desenvolver mais o senso comunitário.

Além de conhecer melhor os aspectos concernentes à realidade habitacional do condomínio visitado, percebeu-se que o contato com a comunidade propiciou momentos de trocas e relatos de experiência das pessoas idosas. Enquanto o grupo discente conhecia o espaço, diversos moradores aproximaram-se para relatar sobre sua experiência de vida e moradia, inclusive convidando as discentes a adentrarem em suas

residências. Nesse sentido, notou-se a partir das partilhas com os moradores que há um sentimento de gratidão e satisfação com o condomínio e com a equipe responsável pelo programa habitacional. Uma das moradoras, por exemplo, mencionou que o Condomínio do Idoso é “uma benção” e que pretende ficar “até morrer”. Os moradores também salientaram sobre os relacionamentos de amizade que são construídos entre vizinhos, o que denota a possibilidade de fortalecimento de vínculos entre as pessoas.

Dessa uma maneira, há uma concordância com Alves de Deus (2011) quando menciona que numa nova modalidade de moradia para idosos com o poder público à frente da articulação da prestação dos serviços intersecretariais e da organização dos moradores para a gestão do condomínio, os moradores têm a oportunidade de vivenciar o *sim*. Um *sim* à dignidade, à autonomia, ao autocuidado, ao enfrentamento das dificuldades de uma maneira coletiva.

Após a visita ao Condomínio da pessoa idosa, realizou-se um evento de extensão universitária vinculado à disciplina supracitada (PIEC) a fim de apresentar a imersão realizada no contexto escolhido. Os moradores do condomínio, bem como a equipe gestora e a representante do projeto de extensão atuante no local foram convidados a participar do evento, porém os residentes não conseguiram estar presentes devido a questões de saúde.

O evento foi composto por roda de conversa e apresentação das diferentes comunidades vivenciadas pelos discentes da disciplina, no caso do atual relato, sobre o Condomínio e iniciou-se com a apresentação oral das estudantes que compartilharam as impressões obtidas durante a visita ao condomínio da pessoa idosa. As alunas abordaram aspectos relacionados ao funcionamento do espaço, à dinâmica de convivência entre os moradores, à organização interna e à estrutura física, utilizando fotos e vídeos como recursos ilustrativos. Na sequência, outro grupo de discentes apresentou os resultados de uma intervenção realizada com pessoas idosas em um grupo de convivência para tal faixa etária, enriquecendo o diálogo com experiências práticas e reflexões sobre o impacto das ações.

A partir de então, os dois grupos promoveram discussões, com foco na pessoa idosa em diferentes perspectivas. Dialogou-se sobre o aumento da expectativa de vida e as repercussões enquanto políticas públicas relacionadas ao direito à saúde, à habitação, à qualidade de vida e ao envelhecimento ativo.

Percebeu-se em consenso a necessidade de se compreender a pessoa idosa como um sujeito de direitos, autônomo e capaz de gerir sua vida da forma como lhe aprouver. Os debates trouxeram questões sobre as diferenças de tratativas e acompanhamento, considerando-se as instituições que atendem estas populações, como as ILPIs que possuem caráter asilar e tutelar (Freire; Carneiro, 2017).

Em contraposição ao modelo de atendimento asilar, nota-se que a proposta do condomínio da pessoa idosa converge com a visão de fortalecer a liberdade e independência da pessoa idosa. Ainda, estimula a convivência e fornece instrumentos para que se desenvolva um sentimento de pertencimento comunitário e espaço para tomada de decisão.

Outro ponto de destaque na discussão foram as razões pelas quais a pessoa idosa não está inserida em seu núcleo familiar e passa a morar em um residencial. Como principais motivações, foram elencados os aspectos econômicos e o rompimento anterior de vínculo afetivo, o que traz a reflexão sobre a responsabilidade legal diante da pessoa idosa, nos termos do Estatuto do Idoso (Brasil, 2022; Poltronieri; Souza; Ribeiro, 2019)

Ao final, ambos os grupos puderam concluir que as pessoas idosas que fazem parte dos modelos de convivência apresentados se identificam como comunidade, destacando os seus relacionamentos interpessoais, o sentimento de pertencimento, a participação social e a autonomia.

Acerca da relevância do evento, a equipe gestora do Condomínio apontou que a visita e os diálogos realizados permitiram ampliar a visão sobre o próprio programa e encontrar mais potencialidades no mesmo. O que demonstra que estar em campo, com

abertura para a troca de saberes, amplia a maneira de olhar para um fenômeno inserido em um contexto diverso. A ideia de pesquisa-intervenção, por conseguinte, se fez presente no atual estudo que compreendeu os acontecimentos observados como analisadores que revelam aspectos ocultos das instituições e conduzem a problematização das práticas. Para tanto, as discentes não se posicionam como externas ao processo e sim, implicadas no campo investigado, refletindo continuamente sobre os efeitos de sua presença e do lugar que ocupa nas relações de saber-poder (Chassot; Silva, 2018).

### **Considerações finais**

Com base na reunião, visita a campo e evento de extensão aqui relatados, é possível perceber que o condomínio para pessoas idosas deste estudo, vinculado ao programa Casa Fácil Paraná, apresenta uma nova forma de moradia que contribui com a qualidade de vida de pessoas idosas considerando-as como sujeitos de direitos, outorgando dignidade, proteção e respeito à sua condição.

Percebeu-se que a proposta do condomínio difere significativamente dos modelos convencionais de instituições de longa permanência, possuindo caráter inovador em sua estrutura e organização, visto que busca incentivar o contato dos moradores aos serviços e equipamentos do território, bem como valoriza a liberdade, singularidade e participação ativa das pessoas idosas. Ao mesmo tempo, notou-se que há um grande incentivo e institucionalização de práticas que preservem a coletividade e convivência entre moradores.

Conclui-se que a disciplina de Projeto de Investigação Exploratória da Comunidade (PIEC) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste mobiliza a produção de conhecimento contextualizado e interdisciplinar aproximando a universidade das realidades locais e incentivando a reflexão crítica dos discentes. Isso contribui também com o levantamento de demandas sociais incentivando a criação de intervenções, projetos e pesquisas que potencializem o desenvolvimento das comunidades e sujeitos.

### **Referências.**

ALMEIDA, A. C.; SANTOS, A. O.; PAIVA, V. O incremento da participação comunitária em pesquisas sociais: a estratégia de trabalho com o agente local. In: PAIVA, V.; PUPO, L. R.; SEFFNER, F. (orgs). **Vulnerabilidade e direitos humanos: prevenção e promoção da saúde: pluralidade de vozes e inovação de práticas.** Curitiba : Juruá, 2012.

ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.

ALVES DE DEUS, S. I. Um modelo de moradia para idosos: o caso da Vila dos Idosos do Pari- São Paulo (SP). **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 13, n. Especial 8, p. 195–213, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.** Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o “Estatuto da Pessoa Idosa” e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2022. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14423-22-julho-2022-793034-norma-pl.html>. Acesso em: 10 set 2025.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação = La investigación-intervención participativa como estrategia metodológica: relato de una investigación en asociación = Participatory intervention research as a methodological strategy: report of a research in association. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 30, 2018, e181737, p. 1-12. DOI: 10.1590/1807-0310/2018v30181737

CHIARELLI, T. M.; BATISTONI, S. T. Trajetória das Políticas Públicas Brasileiras para pessoas idosas frente a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030). **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 93–114, 2022.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Viver Mais Paraná**. Curitiba: COHAPAR, s.d. Disponível em: <https://www.cohapar.pr.gov.br/Viver-Mais>. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, R. DE M. H.; CARNEIRO, N.. Produção científica sobre habitação para idosos autônomos: revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 5, p. 713–721, set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal). Acesso em: 17 abr. 2024.

KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v20n2/v20n2a05.pdf>. Acesso em: 14 set 2025. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>.

MARTINS, J.B. Observação participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar. **Semina: Ci. Sociais/Humanas**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 266-273, set. 1996.

MUSZKAT, Malvina Ester. **Guia Prático de mediação de conflitos**. São Paulo: Summus, 2007.

OLIVEIRA, R. D. C. M. (Entre) Linhas de uma pesquisa: O Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, p. 69-87. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1059/730>. Acesso em: 20 ago 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Genebra: OMS; 2015. 30 p.

PEDUZZI, M. et al. Trabalho em equipe, prática e educação interprofissional. In: **Clínica médica: atuação da clínica médica, sinais e sintomas de natureza sistêmica, medicina preventiva, saúde da mulher, envelhecimento e geriatria**. Tradução . Barueri: Manole, 2016. Disponível em:



[https://neipc.ufes.br/sites/neipc.ufes.br/files/field/anexo/trabalho\\_em\\_equipe\\_e\\_atencao\\_centrada\\_na\\_pessoa.pdf](https://neipc.ufes.br/sites/neipc.ufes.br/files/field/anexo/trabalho_em_equipe_e_atencao_centrada_na_pessoa.pdf) Acesso em: 12 nov 2025.

POLTRONIERI, B. C.; SOUZA, E. R.; RIBEIRO, A. P. Violência no cuidado em instituições de longa permanência para idosos no Rio de Janeiro: percepções de gestores e profissionais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 215-226, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4zx4JDdkybgYnZYjVBsthSd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set 2025. <https://doi.org/10.1590/S0104-1290201918020>.

SCHUSSEL, Z. das G. L. Os idosos e a habitação. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 53–66, 2013.